NADIME MEINBERG GERAIGE

EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO: FUNDAMENTOS E APLICAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ORIENTADORA: PROFESSORA ASSOCIADA DAISY GOGLIANO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO – SP

2018

NADIME MEINBERG GERAIGE

EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO: FUNDAMENTOS E APLICAÇÃO

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na área de concentração Direito Civil, sob orientação da Professora Associada Daisy Gogliano.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO – SP

2018

Catálogo da Publicação

Geraige, Nadime Meinberg

Exceção de contrato não cumprido: fundamentos e aplicação / Nadime Meinberg Geraige; orientadora Daisy GOGLIANO - - São Paulo, 2018. 132 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito Processual) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Direito civil (obrigações). 2. Contrato. 3. Exceção. 4. Inadimplemento. 5. Cumprimento. I. GOGLIANO, Daisy, orient. II. Título.

Nome: GERAIGE, Nadime Meinberg

Título: Exceção de contrato não cumprido: fundamentos e aplicação

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade
de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovado em: ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Esse trabalho é dedicado à minha mãe, que sempre me instigou a busca o melhor e nunca desistir de crescer e me aprimorar, ao meu saudoso pai, que sempre apoiou incondicionalmente minhas escolhas, e ao meu amado filho Luca, que nasceu durante a realização desse trabalho e me tornou mais paciente e persistente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu marido Alessandro por toda a paciência nesse processo de elaboração da dissertação, às minhas sócias do escritório Maluf e Geraigire, notadamente à Patricia Fudo, aos amigos Leonardo Luis Morau e Luiz Roberto Sampietro, que me auxiliaram em toda essa jornada e, especialmente, à Professora Daisy Gogliano, incansável pesquisadora, a quem muito admiro por toda sua dedicação ao mundo acadêmico.

RESUMO

GERAIGE, Nadime Meinberg. **Exceção de contrato não cumprido: fundamentos e aplicação.** 132 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

O presente trabalho analisará a exceção do contrato não cumprido, positivada nos artigos 476 e 477 do Código Civil Brasileiro, contemplando, inicialmente, o estudo acerca dos fundamentos, natureza jurídica e requisitos para aplicação da exceção, bem como a análise do tema perante o direito estrangeiro. Após a análise inicial será realizado o confronto da aplicação do instituto diante das várias espécies de inadimplemento admitidas na nova ordem contratual (inadimplemento absoluto e a mora, inadimplemento antecipado, violação positiva do contrato, adimplemento funcional e adimplemento substancial), incluindo as relações de consumo, para alcançar ao fim, a real importância da aplicação da *exceptio non adimpleti contractus* como instrumento de reequilíbrio das relações contratuais e meio de consagração da segurança jurídica do contrato.

Palavras-chave: Direito civil (obrigações) – contrato – exceção – inadimplemento – cumprimento

ABSTRACT

GERAIGE, Nadime Meinberg. ***Exceptio non adimpleti contractus: principles and applications.*** 132 p. Dissertation (Master) – Law School, University of São Paulo, São Paulo, 2018.

This work analyzes the *exceptio non adimpleti contractus*, ruled by sections 476 and 477 of the Brazilian Civil Code, addressing, at first, its principles, legal nature, and requirements, as well as its characteristics in foreign law. After going over its fundamentals, the paper focuses on the incidence of the breach of contract in nonperformance cases, including consumer relations (material breach, default, repudiation, “positive breach of contract” [positive *Vertragsverletzung*], “functional performance”, and substantial performance), in order to disclose the real importance of the application of the *exceptio non adimplenti contractus* as a remedy for redressing and enforcing the performance of agreements.

Key words: Civil Law (law of obligations: civil law legal system) – contract – plea – breach of contract – performance of contract

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. Considerações preambulares: das exceções.....	13
1.1 Evolução histórica.....	13
1.2 Delimitação do conceito de exceção para o direito atual.....	19
1.2.1 Exceção e defesa de mérito.....	20
1.2.2 Diferenciação entre exceção substancial e exceção de rito/processual....	25
1.3 Exceção substancial.....	27
1.4 Classificação das exceções substanciais.....	28
1.4.1 Exceção peremptória ou dilatória.....	29
1.4.2 Exceções dependentes e independentes.....	30
2. A exceção de contrato não cumprido.....	32
2.1 Conceituação.....	32
2.2 Síntese da evolução histórica da exceção de contrato não cumprido (direito romano, canônico e evolução ao direito moderno).....	36
2.3 A exceção de contrato não cumprido no direito estrangeiro: rápida incursão.....	40
2.4 A posição na doutrina nacional.....	46
2.5 Natureza jurídica.....	49
2.6 Fundamentos.....	51
2.7 Requisitos.....	53
2.7.1 Contrato bilateral sinalagmático.....	56
2.7.2 Simultaneidade das prestações recíprocas.....	58
2.7.3 Estado de inadimplência.....	60
2.7.4 Boa-fé.....	62
3. Exceção de insolvência ou de insegurança (artigo 477) e <i>exceptio non rite adimpleti contractus</i>	65
3.1 Exceção de insolvência ou de insegurança.....	65

3.2 <i>Exceptio non rite adimpleti contractus</i> – exceção de contrato cumprido insatisfatoriamente.....	69
4. Das várias espécies de inadimplemento e a aplicação da exceção de contrato não cumprido.....	74
4.1 Inadimplemento absoluto e a mora.....	76
4.1.1 Inadimplemento absoluto.....	76
4.1.2 Mora.....	79
4.2 Inadimplemento antecipado.....	82
4.3 Violação positiva do contrato.....	86
4.4 O adimplemento funcional.....	97
4.5 O adimplemento substancial.....	99
5. A exceção de contrato não cumprido e o Código de Defesa do Consumidor.....	109
CONCLUSÕES.....	122
BIBLIOGRAFIA.....	127

INTRODUÇÃO

A exceção de contrato não cumprido, instituto que compõe o objeto do presente estudo, é espécie de exceção substancial dilatória que paralisa a ação do autor, ante a alegação legítima do réu de não ter recebido a contraprestação devida por aquele. Fundada no vínculo sinalagmático das obrigações interdependentes, a exceção de contrato não cumprido não impugna o direito de crédito do *excepto*; apenas neutraliza temporariamente a eficácia da pretensão deduzida, embora vencida a prestação.

Assegurar o cumprimento recíproco do contrato e a preservação do sinalagma contratual é a primeira concepção que o estudo irá extrair da leitura dos artigos 476 e 477, que, no atual Código, tratam da exceção de contrato não cumprido, assim como já acontecia no artigo 1.092 do Código Civil de 1916.

Para melhor enquadramento da natureza e da aplicabilidade da exceção de contrato não cumprido, o presente estudo não poderia ter outro ponto de partida senão a origem e razão de ser do termo *exceção* para o universo jurídico, buscando sua origem romana e seu desenvolvimento ao longo dos anos. Assim, de início, cuidar-se-á da evolução histórica das exceções, partindo dos aspectos tradicionais, para, então, se contextualizar a *exceptio non adimpleti contractus* e tratar da aplicação dela nos dias atuais.

Serão aprofundados os estudos acerca dos fundamentos, natureza jurídica e requisitos para aplicação da exceção de contrato não cumprido, bem como a análise do tema perante o direito estrangeiro.

Com o fito de confrontar a aplicação da exceção de contrato não cumprido com as espécies de inadimplemento admitidas perante a nova ordem contratual, não deixará o trabalho de explorar a exceção também à luz de suas variantes, previstas no artigo 477 do Código Civil: a exceção de insolvência e insegurança, bem como a *exceptio non rite adimpleti contractus*, que trata do cumprimento insatisfatório da obrigação.

Com efeito, o que se busca investigar a partir da análise da exceção de contrato não cumprido, sua natureza, fundamentos jurídicos, requisitos autorizadores e atual aplicação – incluindo a mitigação em confronto com a atual ordem de inadimplementos – é a real importância da aplicação da *exceptio non adimpleti contractus* como instrumento de reequilíbrio das relações contratuais e meio de consagração da segurança jurídica do contrato, tão necessária para o desenvolvimento econômico e social, assim como a nova dinâmica do adimplemento das obrigações.

Não pretendemos negar que as cláusulas gerais da boa-fé e função social do contrato trouxeram novos paradigmas para o cumprimento contratual, relativizando as consequências do inadimplemento, que vão além da possibilidade de resolução ou do dever de indenizar, não com o fim de restringir a autonomia privada, mas de impor limitações ao direito subjetivo de contratar e, também, de controlar o abuso do direito do contratante.

Contudo, incontestável é também a afirmação de que a confiança precisa ser revisitada, devendo o contrato ser analisado como uma relação complexa, em que os tradicionais deveres de prestação e os deveres laterais de conduta compõem o conjunto dos interesses envolvidos na relação obrigacional.

Nesse contexto, com o objetivo de alcançar a conclusão acerca da real e atual aplicação do instituto da exceção de contrato não cumprido como ferramenta para preservação do sinalagma, será realizado o confronto entre a *exceptio* e a atual ordem de adimplemento de obrigações, assim como sua aplicação perante as relações de consumo.

CONCLUSÕES

Diante de todo exposto, concluímos que a exceção de contrato não cumprido é espécie de exceção substancial dilatória, que paralisa a ação em virtude da alegação legítima de um dos contratantes de não ter recebido a contraprestação devida pelo outro, com fundamento no vínculo sinalagmático das obrigações interdependentes, neutralizando, temporariamente, a eficácia da pretensão deduzida pelo requerente.

Partindo-se das ideias acima enunciadas, nota-se que a exceção de contrato não cumprido somente é aplicável (i) aos contratos que contêm obrigações sinalagmáticas; (ii) quando há origem comum das obrigações recíprocas (sinalagma genético ou funcional); e (iii) quando há nexo de causalidade entre as prestações assumidas pelas partes no contrato bilateral.

A exceção de contrato não cumprido é um contradireito potestativo, exercido no âmbito dos contratos sinalagmáticos. O referido instituto não impugna o direito de crédito do excepto, uma vez que tem por objetivo paralisar a ação e neutralizar a exigibilidade do débito do excipiente, embora vencida a prestação.

Esse contradireito somente nasce e pode ser exercido diante do concurso dos seguintes requisitos: (i) contrato bilateral sinalagmático; (ii) simultaneidade das prestações recíprocas; (iii) estado de inadimplência ou de inexata adimplência em que se encontre o demandante em face da situação do demandado de não ter ainda cumprido sua prestação; e (iv) boa-fé.

A nosso ver, dúvida não há de que a exceção de contrato não cumprido deve ser exercida em conformidade com os limites da boa-fé objetiva, que atua, na hipótese, como norma de conduta limitadora do exercício da situação jurídica ativa da contraparte.

Em decorrência da amplitude do que se entende por mora no ordenamento jurídico brasileiro, se o contratante cumpriu mal a prestação, está inadimplente. Tal cenário, via de regra, rende ensejo à aplicabilidade da exceção de contrato não cumprido.

Entretanto, deve ser considerada a proporcionalidade do sinalagma à luz da boa-fé antes de se permitir a paralisação do processo contratual e até mesmo a sua rescisão.

É por essa razão que se tem admitido a contraposição da teoria do adimplemento substancial em face da tentativa de aplicação da exceção de contrato não cumprido. Na exceção de inexecução de obrigação (total, parcial ou defeituosa), a resposta deve ser proporcional e razoável: não se admite a paralisação dos efeitos do contrato se o descumprimento por parte do excepto não foi suficiente para quebrar a hegemonia da equação econômico-funcional do contrato.

Da mesma forma, a não observância de alguns dos deveres de conduta aptos a prejudicar a satisfação da obrigação principal (violação positiva do contrato), também autoriza a aplicação da exceção de contrato não cumprido.

A filosofia que permeia a (não) incidência da *exceptio* ao suporte fático é a de que o interesse superior, pautado na boa-fé e equilíbrio econômico e funcional do contrato, deve se sobrepôr ao direito de não executar. Desse modo, o entendimento quando a oposição da exceção do contrato não cumprido diante do inadimplemento substancial ou da violação positiva do contrato, não pode ser unânime e deve ser avaliado caso a caso²⁴⁹, pois haverá hipóteses em que, embora se vislumbre significância de cumprimento da prestação, a qualidade dessa adimplência pode estar comprometida, abalando a estrutura do negócio, o que poderá autorizar a aplicação da *exceptio* na forma do artigo 477 do Código Civil (exceção de insolvência ou de insegurança) ou da *exceptio non rite adimpleti contractus*.

Com efeito, o contrato tem que alcançar a sua finalidade econômica e social; portanto, se há o incumprimento parcial ou defeituoso, de maneira que não se alcança, por alguma razão, o completo objetivo funcional do negócio celebrado entre as

---

²⁴⁹ Conforme esclarece Menezes Cordeiro: “aqui há que voltar aos princípios gerais. A *exceptio* é concedida como instrumento destinado a manter um sinalagma funcional até o momento do cumprimento. Que tal sinalagma existe no binómio preço-pretensões devidas do vício da coisa? Formalmente não: a coisa foi entregue e com isso desfez-se o sinalagma. Axiologicamente sim: o sinalagma não está nas formas coisa-preço mas sim nos conteúdos valor da coisa-valor do dinheiro. Se o valor da coisa é diminuído ou suprimido, a relação comutativa mantém-se em relação às pretensões destinadas a remediar o mal.” (Violação positiva do contrato: cumprimento imperfeito e garantia de bom funcionamento da coisa vendida; âmbito da exceção do contrato não cumprido. **Revista da Ordem dos Advogados**, Lisboa, 1981, p. 123)

partes, é possível à parte demandada alegar em sua defesa alguma(s) das exceções de incumprimento, mesmo que o percentual econômico da prestação não seja significante.

Por essa mesma razão, diante do caso concreto e à luz da boa-fé objetiva, a solução pela exceção de contrato não cumprido deve prevalecer sempre que possível, como tentativa de manutenção do negócio jurídico antes de, se caso for, seguir para a imediata resolução do vínculo obrigacional. É o último instante do *iter* contratual que admite a reflexão antes de se decidir pela resolução contratual.

A arguição da exceção de contrato não cumprido, cujos objetivos são a manutenção do equilíbrio do sinalagma, a unidade do contrato e a satisfação das obrigações recíprocas, é mera faculdade da parte prejudicada pelo descumprimento da avença. Retomando o conceito de bilateralidade e sinalagma, convém transcrever a lição de Darcy Bessone²⁵⁰, manifestada nos seguintes termos:

“Nos contratos bilaterais, as prestações são recíprocas e interdependentes (donnant, donnant como dizem os franceses ou, Zug um Zug, como se exprimem os alemães). Obedecem, pois, à chamada regra dos correlativos, o que significa que elas se servem reciprocamente de causa. Então, se um dos contratantes não cumpre a obrigação assumida, rompe-se a equivalência calculada ao celebrar-se a convenção, com repercussões fatais no jogo normal do contrato e nos próprios pressupostos do consentimento. Sempre se reconheceu que, verificada tal anomalia, o contrato pode ser dissolvido. Mas a essa solução radical pode o contratante prejudicado preferir outra mais branda: recusar-se a cumprir o contrato até que o inadimplemento cumpra o prometido. Assim, por meio de uma opção, salvará o vínculo, evitando o pior”.

Ainda, para De Page, citado por Darcy Bessone²⁵¹, a exceção de contrato não cumprido não tem por objetivo afetar o contrato. Muito ao contrário: a *exceptio* visa a restabelecer o equilíbrio do pacto. Tem por fim suspender temporariamente a sua execução, que se realizará tão logo a inadimplência seja sanada, ou, não sendo possível,

---

²⁵⁰ BESSONE, Darcy. **Do contrato**, p. 200.

²⁵¹ BESSONE, Darcy. **Do contrato**, p. 200.

culminar na resolução do negócio jurídico, evitando-se, dessa forma, o enriquecimento sem causa daquele que não cumpriu a sua obrigação.

Miguel Maria de Serpa Lopes²⁵², com quem concordamos nesse ponto, também conclui que a exceção de contrato não cumprido tem como principal objetivo a manutenção do equilíbrio contratual. Veja-se.

“Como todos sabemos, a *exceptio* é oposta pelo réu, demandado, quando êste, em vez de recorrer à resolutória expressa ou tácita, se prevalece daquele remédio, por lhe interessar o cumprimento da prestação, utilizando-se daquele recurso para os seus objetivos. Pode assim o excipiente, a qualquer momento, convolar para uma demanda reconvençional. A continuidade dos efeitos da *exceptio*, sendo dilatória, cessa de existir, se o autor demandante resolver cumprir a seu turno, a prestação por êle recusada inicialmente. Por conseguinte, condição ou termo, ambas estão carecentes de um dos seus pontos de apoio essenciais – é de se tratar de um evento incerto no primeiro caso, e certo no segundo, mas de qualquer modo, um evento fora do alcance do interessado em poder produzi-lo, o que, consoante expusemos, não se pode dar na exc. n. ad. contr. O que na real é que o inadimplemento da obrigação dá lugar a dois poderes distintos: ou a resolutória do contrato ou a utilização da exc. n. ad. cont. Não existe nenhum termo ou condições e sim um direito subjetivo, de um lado, em um dever jurídico de outro, uma situação que pode terminar pelo movimento potestativo de qualquer um dos dois: um, realizando a prestação que devera ter oferecido preliminarmente; outro, podendo converter a sua exceção num processo reconvençional.”

A universalidade da *exceptio non adimpleti contractus* consagra o propósito central do instituto, que é a paralisação temporária do direito do contratante, com o fim de preservação do sinalagma e manutenção da unidade contratual.

---

²⁵² SERPA LOPES, Miguel Maria de. **Exceções substanciais**, p. 197-198.

Em outras palavras, a exceção de contrato não cumprido, em um primeiro momento, não põe fim imediato ao contrato, não podendo ser equiparada ao distrato, à rescisão unilateral ou à resolução por inadimplemento e por onerosidade excessiva.

A resolução, assim como as demais hipóteses de extinção acima mencionadas, retiram de imediato a eficácia do contrato do mundo jurídico, por meio do exercício do direito conferido ao credor não inadimplente. Todavia, se o inadimplemento não for definitivo, ou seja, não houver atingido o interesse contratual ou abalado o interesse do negócio jurídico, será facultado ao credor contratante retardar a sua prestação, suspendendo a eficácia do contrato pela utilização da exceção de contrato não cumprido, a fim de conferir ao excipiente a oportunidade de adimplir sua prestação e, assim, viabilizar o cumprimento do contrato por ambas as partes. Não sendo cumprido o contrato ou havendo perda do objeto, sobrevirá, então, a resolução da avença.

Por todo o exposto, concluímos que a exceção de contrato não cumprido é modelo jurídico ligado à conservação do sinalagma, visando à preservação do equilíbrio entre as partes contratantes, ainda que, após o momento de reflexão imposto pela paralização da eficácia contratual, entendam as partes pela impossibilidade de cumprimento da avença e decidam, por consequência, resolver o contrato.

BIBLIOGRAFIA

ABRANTES, José João. **A exceção de não cumprimento do contrato no direito civil português**. 2ª ed. Coimbra: Almedina, 1986.

AGUIAR JR., Ruy Rosado. **Extinção dos contratos por incumprimento do devedor (resolução)**. Rio de Janeiro: Aide, 1991.

ALMEIDA COSTA, Mario Júlio. **Direito das obrigações**. Coimbra: Almedina, 1985.

ALONZO, Cláudia Mejias. La excepción de contrato no cumplido, un análisis de su aplicación em la jurisprudencia nacional reciente y la doctrina. **Revista de Derecho, Universidad Católica del Norte**, Año 21, n. 1, 2014, p. 111-156.

ALVIM, Agostinho. **Da inexecução das obrigações e suas consequências**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 1980.

ALVES, José Carlos Moreira. **Direito Romano**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

ASSIS, Araken de. **Resolução do contrato por inadimplemento**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

AZEVEDO, Alvaro Villaça. **Teoria geral dos contratos típicos e atípicos**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

AZULAY, Fortunato. **Do inadimplemento antecipado do contrato**. Rio de Janeiro: Ed. Brasília, 1977.

BESSONE, Darcy. **Do contrato**. São Paulo: Saraiva, 1997.

BUSSATA, Eduardo Luiz. **Resolução dos contratos e teoria do adimplemento substancial**. São Paulo: Saraiva, 2007.

BOLAFFI, Renzo. **Le eccezioni nel diritto sostanziale**. Milão: Società Editrice Libreria, 1936.

CARNELUTTI, Francesco. **Teoria geral do direito**. Trad. Antônio Carlos Ferreira, São Paulo: Lejus, 1999.

CAPITANT, Henri. **De la cause des obligations**. 2^a ed. Paris: Dalloz, 1924.

CASSIN, René. **De l'exception tirée de l'inexécution dans les rapports synallagmatiques**. Paris: Sirey, 1914.

CHAVES, Antônio. **Direito das obrigações, v. II, t. II**. 3^a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1984.

CHIOVENDA, Giuseppe. **Instituições de direito processual civil, vol. 1**. Trad. Paolo Capitanio. Campinas: Bookseller, 1998.

CORDEIRO, António Manuel da Rocha e Menezes. Violação positiva do contrato: cumprimento imperfeito e garantia de bom funcionamento da coisa vendida; âmbito da exceção do contrato não cumprido. **Revista da Ordem dos Advogados**, Lisboa, 1981, p. 123.

_____. **Da modernização do direito civil**. Coimbra: Almedina, 2004.

COUTURE, Eduardo J. **Introdução ao estudo do processo civil**. 3^a ed. Rio de Janeiro: Editor José Konfino, 1951.

DENARI, Zelmo. **Código de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto**. 7^a ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

DIDIER JR., Fredie. Teoria da exceção: exceção e as exceções. **Revista de Processo n. 116**. São Paulo: Revista dos Tribunais, julho de 2004, p. 54 ss.

EGUSQUIZA, Maria Ángeles. **La configuración jurídica de las obligaciones negativas**. Barcelona: José M. Bosch, 1990.

FARIA, Werter. **A Mora do Devedor**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1981.

FILOMENO, José Geraldo Brito. **Código de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

FRADA, Manuel A. Carneiro da. **Contrato e deveres de protecção**. Coimbra: Almedina, 1994.

FRANÇA, Rubens Limongi. **Instituições de direito civil**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

_____. **Direito empresarial aplicado**. São Paulo: Lejus, 1988.

_____. **Manual de direito civil, 4º v., t. II**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1969.

GAGLIARDI, Rafael Villar. **Exceção de contrato não cumprido**. São Paulo: Saraiva, 2010.

GODOY, Cláudio Luiz Bueno de. **Função Social do Contrato**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GOGLIANO, Daisy. A função social do contrato (causa ou motivo). **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo v. 99**, 2004, p. 153-198.

GOMES, Orlando. **Contratos**. 18ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

LABOURIAU, Miguel Drummond de Paula. **Do inadimplemento antecipado**. Monografia (Bacharelado em Direito), Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2009.

LORENZETTI, Ricardo Luis. **Fundamentos do direito privado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

_____. **Tratado de los contratos, T. I e II**. Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni Editores, 2004.

LOTUFO, Renan. **Código Civil comentado, v. 1 e 2**. São Paulo: Saraiva, 2003.

MARQUÈS, Albert Lamarca. **Código Civil alemán**. Madri: Marcial Pons, 2008.

MASNATTA, Hector. **Excepción de incumplimiento contractual**. Buenos Aires: Abeledo Perrot, 1967.

MARCATO, Antônio Carlos. **Das exceções rituais no processo civil brasileiro. (incompetência, suspeição e impedimento)**. Tese (Doutorado), São Paulo, USP, 1989.

MEORO, Mario E. Clemente. **La facultad de resolver los contratos por incumplimiento**. Madri: Tirant lo Blanch, 1998.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de direito civil, v. 4 e 5**. 41ª ed. Atualizados por Carlos Alberto Dabus Maluf. São Paulo: Saraiva, 2014.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código civil comentado**. 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. **Aspectos processuais da exceção de contrato não cumprido**. Salvador: Juspodium, 2012.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil, v. III.**, 11ª ed. Atualizado por Regis Fichtner. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

PISCIOTTA, Giuseppina. **La risoluzione per inadempimento**. Milão: Giuffré, 2000.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de direito privado, t. VI**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

_____. **Tratado de direito privado, t. XXVI**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

RODRIGUES, Silvio. **Direito civil, v. 3**. 28ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

ROPPO, Enzo. **O contrato**. Trad. Ana Coimbra, M. Januário C. Gomes. Coimbra: Almedina, 1947.

ROPPO, Vincenzo. **Il contratto**. Milão: Giuffrè, 2001.

ROSENVALD, Nelson; FARIAS, Cristiano Chaves de. **Curso de Direito Civil, v. 4**, 2ª ed., Salvador: Juspodium, 2012.

SACCO, Rodolfo; DE NOVA, Giorgio. **Il contratto, t. I e II**. Turim: UTET, 2004-2005.

SANTOS, J. M. De Carvalho. **Código Civil interpretado – direito das obrigações**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1938.

SANTOS, Moacyr Amaral. **Da reconvenção no direito brasileiro**. São Paulo: Max Limonad, 1958.

SAVIGNY, M. F. C. de. **Sistema del derecho romano actual, t. IV**. Trad. M. Ch. Guenoux. Madri: F. Gongora y Compañia Editores, 1879.

SCHREIBER, Anderson. **A tríple formação do adimplemento: adimplemento substancial, inadimplemento antecipado e outras figuras**. <www.andersonschreiber.com.br>. Acesso em: 20.4.2016.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. **Direito de defesa e tutela jurisdicional**. Tese (Doutorado), São Paulo, USP, 2008.

SILVA, Clovis V. do Couto e. **A obrigação como processo**. São Paulo: Editora FGV, 2006.

SILVA, Jorge Cesa Ferreira da. **Inadimplemento das obrigações**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

_____. **Adimplemento e extinção das obrigações**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

_____. **A boa-fé e a violação positiva do contrato**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Renovar, Rio de Janeiro, 2002.

SERPA LOPES, Miguel Maria de. **Exceções substanciais: exceção de contrato não cumprido**. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 1959.

THEODORO JR., Humberto. **O Contrato e seus princípios**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Aide, 2001.

TRABUCCHI, Alberto. **Istituzioni di diritto civile**. Padua: Cedam, 2009.

TORNAGHI, Hélio. Da exceção. **Revista Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil**, ano 3, n. 18, novembro dezembro, 1955, p. 17-27.

VARELA, Antunes. **Das obrigações em geral**. 10ª ed. Coimbra: Almedina, 2000.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; MEDINA, José Miguel Garcia. **Breves Comentários à nova sistemática processual civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

ZANETTI, Cristiano de Sousa. A Transformação da mora em inadimplemento absoluto. **RT 942**, abril 2014, p. 117-139.